

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

ACTAS DO COLÓQUIO

Sociedade de Geografia de Lisboa

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 15 • 2007 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

NAS MARGENS DO MEDITERRÂNEO: ESTRATÉGIAS DE PODER E MECANISMOS DE EXCLUSÃO NO DISCURSO ARQUEOLÓGICO IBÉRICO (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX)

Mariana Diniz¹

RESUMO

Os discursos construídos por arqueólogos e historiadores contêm em si, e apesar das, por vezes ingénuas, buscas de uma imparcial objectividade, a marca do Presente em que estes se inscrevem. A afirmação de Lucien Febvre de que a História do Passado era em simultâneo a História do Presente constitui uma inequívoca prova de maturidade e de auto-consciência de uma disciplina que se sabia não imune às condições sociais da sua produção.

No campo da Arqueologia, os mais célebres exemplos desta estreita relação entre as circunstâncias do Presente e as narrativas produzidas acerca de alguns Passados encontram-se nos esforços realizados, na primeira metade do séc. XX, por arqueólogos e aparelhos políticos que procuravam justificar a existência de Estados-Nação. No entanto, se o papel da Arqueologia ao serviço dos regimes fascistas europeus é sobejamente conhecido, e sistematicamente denunciado, outros, mais recentes e mais subtis, tópicos da agenda científica permanecem exemplos vivos dessa continuada construção dos inquéritos em função dos quadros mentais do Presente.

No caso específico da Pré-história, a notável permeabilidade deste campo de estudos face à alteração de paradigmas – dada a fragilidade da base de dados que permite reorganizações profundas nas estratégias de análise – permitiu que nas últimas décadas do séc. XX, os antepassados do *Sapiens* perdessem a natureza sanguinária de ferozes caçadores adquirindo o menos agressivo estatuto de recolectores e necrófagos; que a guerra antes pensada um estado endémico se tornasse uma não-existência numa Pré-história em grande medida construída por elites intelectuais dominadas por fervorosos sentimentos pacifistas², e que as “sociedades indígenas” ocupassem na Pré-história do pós-guerra um lugar autónomo em tudo semelhante ao que generosamente lhes concedia, no presente, a Carta das Nações Unidas.

Contudo, as sucessivas reconstruções dos inquéritos ao Passado, que implicam a busca de novos dados para responder a questões nunca antes formuladas, se significam quase sempre o abandono, e muitas vezes a condenação, das “velhas perguntas” implicam também o abandono das “velhas respostas”, remetidas ao silêncio que rodeia os temas incómodos.

No entanto, esta exclusão do discurso oficial das “velhas respostas” reflecte muitas vezes, mais do que o seu desajuste face ao “real” histórico, uma condenação efectiva dos seus contextos de origem e dos autores que as produziram, vítimas de um processo de *damnatio memoria*, também frequentes na história da ciência...

¹ Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa. 1600-214 Lisboa. m.diniz@fl.ul.pt

² A guerra, no entanto e com seguro pesar da geração “flower power” que a havia banido, tornou-se hoje de novo uma alínea decisiva nas agendas contemporâneas. Veja-se a título de exemplo GUILAINE, J. & ZAMMIT, J. (2001) – *Le sentier de la guerre. Visages de la violence préhistorique*. Paris: Éd. du Seuil; PEARSON, M. & THORPE, J. (eds.) (2005) – *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*. Oxford: BAR International Series (1347).

Na Península Ibérica, a história dos conceitos definidos, em 1938, por Julio Martínez Santa-Olalla, o do “Neolítico Hispano-Mauritano” e do “Neolítico Ibero-Sahariano”, parece inscrever-se nesta tipologia de fenómenos e a vida útil destas designações acompanha de perto o percurso do arqueólogo falangista.

Se as relações culturais existentes, ao longo da Pré-história, entre os dois lados do Estreito eram já desde os inícios do séc. XX tratadas por diferentes arqueólogos, a definição explícita destes conceitos coincide, sem que se trate, no entanto de uma coincidência (...), com as pretensões africanistas da ditadura de Franco, e a omnipresença do Maghreb na discussão do Neolítico meridional traduz uma clara estratégia de poder europeu sobre os territórios da outra margem do Mediterrâneo.

A partir de finais dos anos 60/inícios da década de 70, os termos de “Neolítico Hispano-Mauritano” e “Neolítico Ibero-Sahariano”, cuja utilização estava já em rota descendente, são definitivamente afastados da terminologia arqueológica em resultado não de uma revisão científica dos seus conteúdos, mas da excessiva colagem destes conceitos a um quadro ideológico específico que os torna não-adequados face aos novos questionários arqueológicos produzidos no contexto dos regimes europeus, agora democráticos e não-coloniais.

E se as designações criadas por Santa-Olalla parecem hoje curiosidades históricas mais que conceitos operativos, a efectiva proximidade geográfica dos territórios de ambas as margens do Mediterrâneo justifica a construção de um inquérito abrangente que menos atento aos cenários políticos e culturais do Presente procure reconstituir os circuitos históricos do Passado.

1 - ESTRATÉGIAS DE PODER

1.1 - *Do outro lado do Espelho (os finais de Oitocentos)*

Em meados do século XIX, a emergência da arqueologia enquanto disciplina científica acontece no quadro de uma Europa colonial que em breve, quando pretender tornar efectiva a sua presença nos territórios ultramarinos, utilizará os préstimos desta, então jovem, ciência na construção das ideologias do Império.

E se na segunda metade de Oitocentos, é seguramente muito escasso o conhecimento que os Evolucionistas dispõem sobre os Passados, mas também sobre os Presentes,⁴ extra-europeus, o lento exumar da informação em territórios mais ou menos distantes, permitirá construir, através da Arqueologia, uma máquina científica que a Europa gera e sustenta, olhares sobre “outros territórios”, hierarquizando os espaços para lá das fronteiras do mundo civilizado, atribuindo papeis e lugares na História, distinguindo as arenas de antigas civilizações já esquecidas e lugares sempre periféricos.

Por isso, as colónias ou protectorados assumem, ao longo da primeira metade do séc. XX, distintos papeis face à (Pré)História da Europa e admite-se, em função do esplendor ou pobreza das suas culturas pretéritas, que possam ter funcionado, nalgum momento do Passado, enquanto “áreas de origem”, “áreas de transmissão”, “áreas decadentes” na longa marcha da Civilização. A atribuição de um estatuto a um território constitui, assim mais um elemento activo na teia complexa das relações coloniais que combinam interesses geo-estratégicos, económicos, simbólicos e ideológicos.

Neste sentido, o lugar que uma colónia ocupa entre as civilizações do Presente não é necessariamente um reflexo do lugar que esse território ocupou no Passado, e o brilho de algumas fases da (Pré)História não-europeia são o

⁴ Como se depreende das múltiplas expedições levadas a cabo por europeus no continente africano destinadas a reconhecer territórios dominados no papel, mas efectivamente não conhecidos no terreno.

rasto do *Zeitgeist* hegeliano, cuja movimentação justifica as diferenças entre os dados do arqueólogo e os dados do etnógrafo.

O papel que a Europa concede a alguns de esses “outros lugares”, e o contributo decisivo que admite terem dado para a marcha da humanidade, advêm-lhes não do Presente decadente, mas de um Passado glorioso, posto a descoberto pelos arqueólogos, e onde é evidente um protagonismo cultural, já perdido.

E a utilização que a Europa faz do Passado de territórios no Presente claramente subalternos face às potências coloniais é muito diversificada. Se alguns lugares são elevados à categoria de “Berço da Civilização”, e o Egipto é nesta matéria o mais paradigmático dos casos, considerados portanto *Antepassados* da cultura europeia que aí encontra as suas origens, outros representam linhas paralelas ou até becos sem saída...

Atribuir estatutos parece ser o papel das Humanidades na aventura colonial, aquilo que justifica que arqueólogos e etnógrafos – que não identificam rotas ou recursos económicos decisivos – estejam também no terreno, demonstrando que a presença da ciência europeia nos territórios coloniais não obedece a fins única e prosaicamente mercantilistas, mas contribui de forma decisiva para o cimento ideológico necessário à conservação dos Impérios.

E o papel da História e da Antropologia serão aqui decisivos, enquanto meios privilegiados de transmissão dos princípios simbólicos de um Tempo, demonstrando a justiça da presença europeia enquanto necessária entidade civilizadora de populações estagnadas e pouco aptas para a mudança, de acordo com os dados etnográficos, ou enquanto reconstrução no Presente de famílias culturais do Passado, como demonstram os dados arqueológicos.

Por isso, a tomada de posse dos territórios ultramarinos – fenómeno tardio face à formação dos Impérios – procura causas profundas que justifiquem a existência ou a unidade do Império. Em algumas circunstâncias, a proximidade geográfica e a partilha em alguns momentos de uma História, ou Pré-história, comum constituem argumentos decisivos.

E é neste quadro que a história das relações havidas, no Presente e no Passado, entre a Península Ibérica e o Norte de África são sintomáticas dessa relativa esquizofrenia dos mecanismos de poder que combinam política e ciência, ou em que a ciência segue de perto a política.

Observando Espanha, enquanto *case-study* – exemplo de uma situação vivida de forma mais ou menos intensa por outras potências europeias – verifica-se que a atenção desta nação colonial parece dirigir-se, desde os finais do século XIX, de forma nítida para o Norte de África, último reduto de um Império perdido em 1898, e conservar-se-á, ainda que com desigual intensidade, até ao momento em que os movimentos de independência do Mahgreb tornam *non grata* a presença ocidental do outro lado do Estreito.

As palavras de Joaquín Costa, fundador, em 1883, da *Sociedad Española de Africanistas y Colonialistas* são, neste ponto, exemplares: “España y Marruecos son como las dos mitades de una unidad geográfica (...) El Estrecho de Gibraltar no es un tabique que separa una casa de otra casa; es, al contrario, una puerta abierta por la Naturaleza para poner en comunicación dos habitaciones de una misma casa.” (*in* TOFIÑO-QUESADA, 2003, p. 5)

Demonstra-se assim claramente que o Império espanhol não é um império de interesses económicos, mas traduz a reunião de uma mesma família cultural, com uma história antiga que devia ser revelada pela Arqueologia, capaz de relevar os laços havidos, desde tempos remotos, entre as sociedades africanas e espanholas (DARIAS DE LAS HERAS, 2002).

1.2 – Do outro lado do Estreito (1916-1936)

O debate acerca das conexões havidas, ao longo da Pré-História, entre a Europa e África acompanham a Arqueologia desde as suas primeiras fases – Darwin admitia, reconhecendo a ausência de provas concludentes, uma provável origem africana para o Homem – mas interessa aqui sobretudo explorar o discurso em torno das relações estabelecidas, durante o Neolítico, entre as duas margens mais próximas do Mediterrâneo ocidental, a Espanha e o Maghreb.

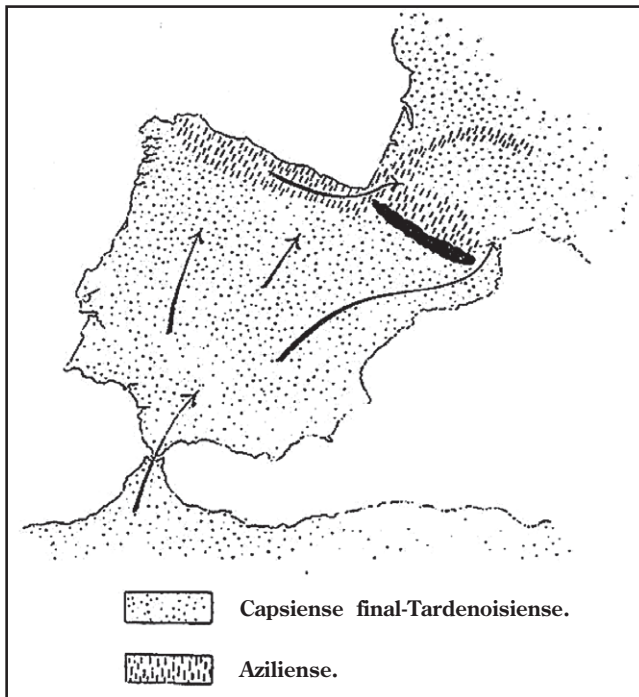


Fig. 1 – Expansão Capsiense, segundo Hugo Obermaier, 1925.

ao final do último episódio glacial, estaria na base da movimentação de grupos humanos que, durante o Epipaleolítico, trariam a civilização capsense até à Península, movimento materializado nos esqueletos e na cultura de Mugem

“(…) els esquelets de Mugem podem ésser considerats pertanyents al poble capsità, puix que la seva cultura és la del capsità final (...) es pot legitimament relacionar el fet del possible origen africà de la raça de Mugem (...)” (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 36).

No entanto, a influência africana não se restringe para Bosch Gimpera à expansão do Capsiense, mas considera que outros momentos, mais recentes, da Pré-história peninsular estão igualmente conectados com o Norte de África, e neste sentido parece particularmente esclarecedor a inclusão na sua obra *Etnologia de la Península Ibérica* de um capítulo – o terceiro – integralmente dedicado a “Els pobles del Nord d’Àfrica: capsians i saharians (camitas)”, temática então considerada vital para o entendimento da Pré-história peninsular e das origens das populações neolíticas na Europa ocidental.

A individualidade étnica dos grupos descendentes dos primeiros Capsienses está bem marcada na cerâmica decorada com relevos e incisões fabricada por este povo da “Cultura de les Coves” – cuja área de dispersão se estende por toda a bacia do Mediterrâneo ocidental, atingindo mesmo essas zonas já na esfera do Adriático e do Egeu como a Itália Meridional e a Sicília (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 88).

Neste quadro, as duas margens do Mediterrâneo Ocidental partilham uma mesma história e os ecos do Oriente e da Anatólia esbatem-se no Mediterrâneo central.

No discurso de Bosch Gimpera, a influência africana volta a ser decisiva para explicar aquele que é considerado um momento de particular apogeu na Pré-História Espanhola, o da cultura de Almeria, uma vez que: “(...) els primers «almerians» d’origen africà, els quals (...) o estar-hi en relació constant amb llurs parents d’Àfrica, donc en les etapes següents la cultura almeriana evoluciona cada vegada més d’acord amb la sahariana de l’Àfrica Menor (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 149).

E nos inícios do séc. XX, destaca-se, pela leitura africana que fará de alguns momentos da Pré-História espanhola, a voz de Hugo Obermaier. Na sua obra *El Hombre Fósil*, publicada em 1916 e reeditada em 25, este arqueólogo alemão defende uma origem africana para a mais significativa cultura do pós-glacial na Península Ibérica. A cultura Capsiense teria, segundo Obermaier, vinda do Norte de África, atravessado o Estreito, ocupado a quase totalidade da Península e daí cruzado os Pirinéus rumo a outros territórios europeus.

E esta proposta, do catedrático de Madrid, de uma “invasão capsense” da Península será também defendida por Pere Bosch-Gimpera, que amplia o contributo africano a outras etapas decisivas da Pré e Proto-Histórias espanholas.

Também para Bosch Gimpera, a História e a Pré-História destes territórios contíguos estão intimamente relacionadas e “(...) els continus al.luvions d’hordes africanes (...)” (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 3), constituem um factor decisivo na formação dos povos ibéricos. A desertificação do Sahara, associada

As ligações ao Sahara deste povo de agricultores, metalúrgicos e guerreiros, não está ainda completamente esclarecida e para justificar “Como y cuándo los almerienses llegaron de Africa? (...) Hará falta, para ello, conocer mejor la evolución del Africa menor.” (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 95). Admite-se, no entanto, uma rota de expansão da cultura sahariana que ligaria o sul da Tunísia à região de Orão e daí ao Sudeste espanhol, e cuja origem incluía relações com esse foco criador de cultura – o Egipto pré-dinástico (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 96-97). Os vestígios dessa expansão não se limitariam a alguns componentes da cultura material (cerâmicas lisas, tecnologia de talhe, tipologia de instrumentos líticos), mas também ao “(...) establecimiento en el sureste de España de grupos muy homegéneos de origen africano y que representan los dolicocefalos bereberes saharienses.” (BOSCH-GIMPERA, 1974, p. 99).

Ao longo da década 30, P. Bosch-Gimpera conduzirá o seu discurso africanista em torno de três questões fundamentais: a origem norte-africana do Capsiense peninsular, a unidade étnica, mas sobretudo cultural dos povos do *Neolítico de las Cuevas* nas duas margens do Mediterrâneo ocidental e a unidade cultural e étnica da *Cultura de Almeria*, oriunda da movimentação de povos do Sahara.

E se África parece território privilegiado para compreender o Passado Ibérico, a Espanha surge, no entanto nos textos deste arqueólogo, como um mosaico étnico e cultural, onde se combinam, para além das africanas, influências orientais e atlânticas. Os mapas retalhados que cria para o espaço peninsular são disso um claro reflexo, da diversidade de culturas, da diversidade de trajectos históricos que constituem a essência plural da Espanha (Pré)Histórica.

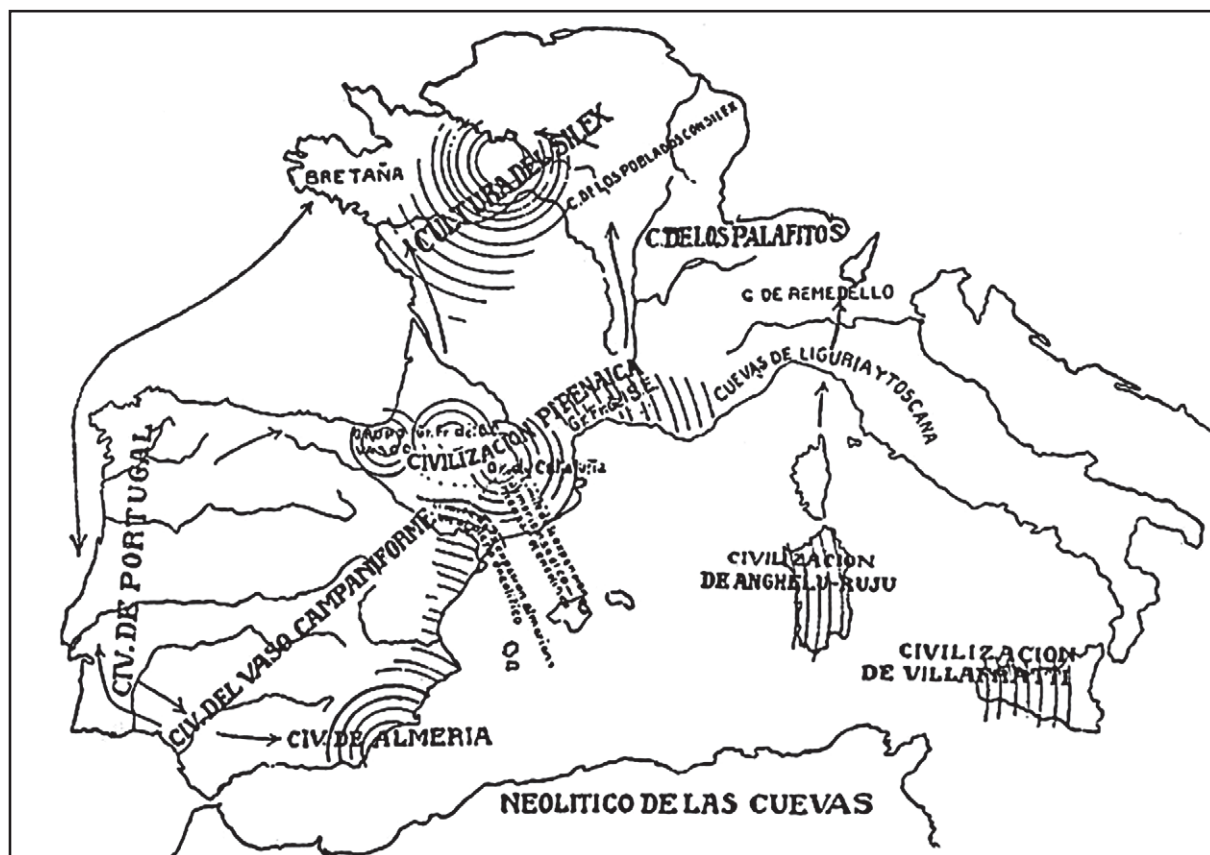


Fig. 2 - Civilizações no Ocidente da Europa, segundo P. Bosch-Gimpera, 1926.

Outros nomes integram, nos finais da década de 30, o coro das vozes africanistas, e a guerra civil encontrará dos dois lados da barricada arqueólogos defensores de uma Pré-história da Península Ibérica que não pode ser discutida nem compreendida sem a outra margem do Mediterrâneo. A proximidade geográfica, alguns paralelismos tipológicos, as semelhanças étnicas demonstradas pela antropologia física, e o papel e a antiguidade da (Pré)História Egípcia, constituem argumentos, mais propostos que efectivamente testados, para ler a história do Mediterrâneo ocidental como uma história comum.

1.3 – *A voz dos vencedores (ou os encantos de África Minha) (1939-1955)*

Quando, em 39, as forças de Franco vencem a Guerra, e ao contrário do acontecido em muitos outros domínios, o discurso africanista não sofre qualquer revés. Apesar do exílio de alguns arqueólogos decisivos nesta matéria, como Obermaier ou Bosch-Gimpera, a instauração do regime fascista não abandona, ao invés irá reforçar, essa conexão que se pretendia antiga e profunda entre os dois lados do Estreito.

E se a Espanha *Una Grande Libre* se define ideologicamente enquanto Nação Cristianíssima empenhada no combate ao infiel, e toda a cerimónia de “consagração” de Francisco Franco, na Igreja de Santa Bárbara, é disso clara manifestação (RUIZ *et al.*, 2003, p. 163), a vocação africana da Espanha constitui, no entanto uma outra e decisiva faceta do Regime Fascista de Franco.

A exaltação de uma África espanhola – ideia com já longa genealogia (TOFIÑO-QUESADA, 2003) – faz parte também do discurso do vencedor, das aspirações coloniais de uma ditadura a quem restam, de um imenso Império, escassas possessões.

A sobrevivência dos antigos postulados científicos, apesar do afastamento dos seus criadores, justifica-se assim num quadro de uma coincidência entre as velhas ideias e os novos interesses políticos e ideológicos.

E neste sentido, a voz do falangista Julio Martínez Santa-Olalla é na arqueologia do pós-guerra claramente a voz do vencedor, que integra neste caso o ai dos vencidos..., portanto daquele que cria ou difunde a narrativa oficial acerca do Passado.

Autoridade absoluta entre 39 e 55, ainda que uma autoridade contestada pelos seus pares (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004), J. Martínez Santa-Olalla é neste período: Comissário Geral da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas (CGEA)*, organismo que tutelava a actividade arqueológica e que devia, segundo o decreto da sua fundação, estar nas mãos de adeptos do regime “(...) to guarantee their support for the ‘National Cause’.” (in DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004, p. 112); Director da *Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria (SEAE)*; responsável interino da cátedra, que pertencia a Obermaier, de *Etnología y Prehistoria*, da Universidade de Madrid (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004); e Presidente do *Comité Español de África occidental* (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p.35).

A lista das funções transmite uma clara ideia do poder efectivo de Santa-Olalla que é portanto o homem a quem compete, e apesar do escasso interesse demonstrado pela Ditadura na actividade arqueológica (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004), veicular a ideologia oficial, que para o regime parece gravitar em torno de duas questões centrais: a da unidade étnica e cultural da Espanha desde tempos remotos; a das ancestrais relações com África.

No entanto, Santa-Olalla não é um africanista, e se a Falange reclamava como “El territorio vital español (...)” (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p. 31), os territórios de Gibraltar, Orão, Tanger, Protectorado francês de Marrocos e o Golfo da Guiné..., para o arqueólogo o espaço da Espanha é a Europa, e as raízes da hispanidade encontram-se nas invasões celtas e na completa arianização da Península (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004).

Apesar das suas preferências pessoais que se inclinavam, no Presente e no Passado, para a Alemanha e para o universo dos Indo-Europeus, “herda”, por inerência de funções, o mito da “África espanhola” e a responsabilidade de tornar esta, que era sobretudo uma construção teórica e mental, numa realidade apoiada em registos de terreno.

E a ambiguidade da relação de Santa-Olalla com África – ambiguidade que é, em parte, partilhada pelo Regime que se revê na outra margem do Estreito, que é no entanto o Outro – está presente no seu *Esquema Paleontológica de la Península Hispánica*, redigido ainda em 38, dado à estampa em 41 (RUIZ *et al.*, 2003), e reeditado em 46.

No *Esquema*, Santa-Olalla atribui novas designações aos conceitos criados por Bosch-Gimpera, a *Cultura de las Cuevas*, do arqueólogo catalão, designa-a como *Hispano-Mauritana*, e a *Cultura de Almeria* como *Ibero-Sahariana*.

Para além de uma lacónica descrição de alguns conteúdos artefactuais e da distribuição geográfica destas culturas – ao *Hispano-Mauritano* correspondem: machados de pedra polida de secção circular/oval; cerâmicas decoradas; uma economia pastoril com alguma agricultura e estende-se pela Europa ocidental mediterrânea, Península Ibérica e Norte de África; ao *Ibero-Sahariano* correspondem: sofisticados materiais de sílex, cerâmicas lisas, machados de secção rectangular, metalurgia, economia agrícola, povoados de altura, uma organização matriarcal... (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 54-55) – não são avançadas outras considerações, o que justificará que San Valero Aparisi, seu discípulo, aguarde um maior desenvolvimento desta temática...

Mais significativas parecem, no entanto, as considerações, logo na abertura da obra, em torno de África, reconhecendo a posição intercontinental da Espanha refere que o desenrolar da investigação, nos últimos anos, permitiu: “(...) El hundimiento del mito africano que concedía papel creador exagerado y propagador de pueblos e culturas a Africa.” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 20), e reafirma na página seguinte: “La segunda gran realidad, eso que he llamado hundimiento del mito africano, fué producida por una sobreestimación de la fuerza creadora del Norte de Africa, cuya base, puramente teórica o apoyada en echos mal interpretados, concedía (...) fechas altísimas a yacimientos (...) muchos más recientes (...) pervivencias y atavismos que se dan en un verdadero territorio cultural en la prehistoria.” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 21-22, *itálico nosso*).

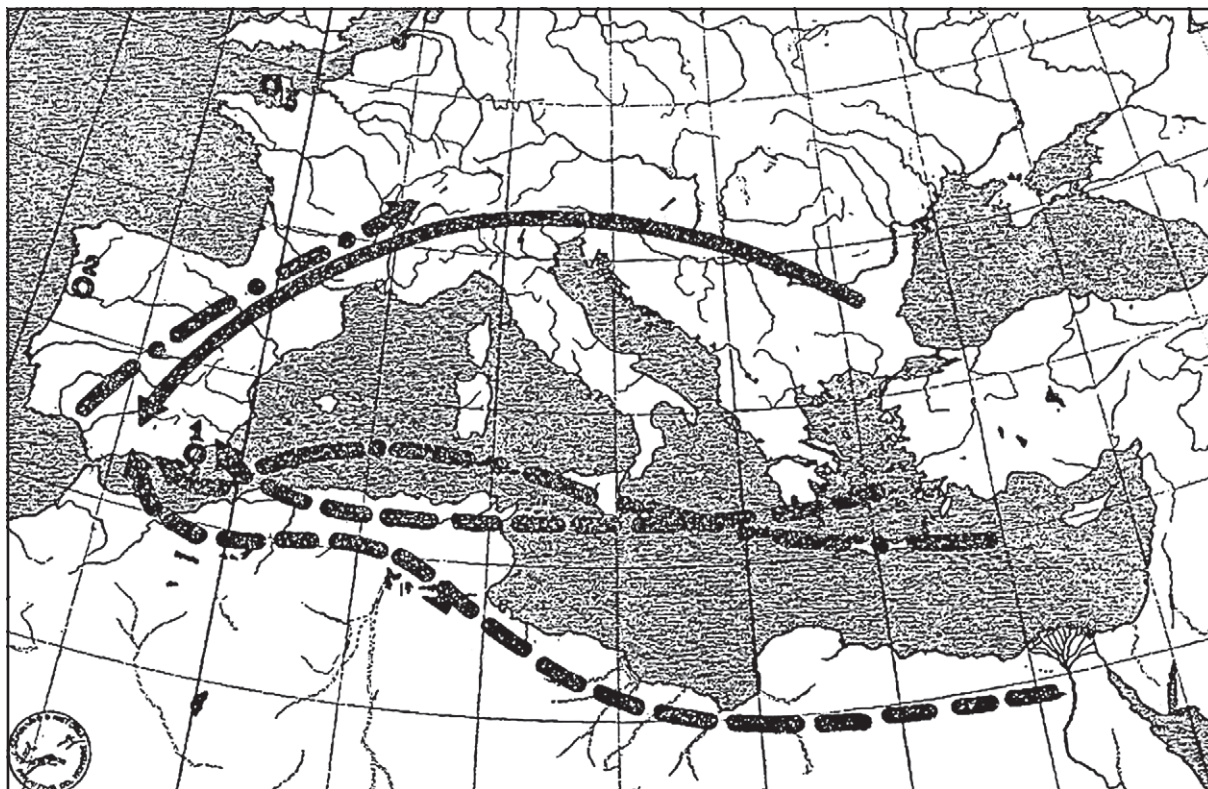


Fig. 3 – Rotas de chegada à Espanha Iberosahariana de cereais e leguminosas, segundo J. Martínez Santa-Olalla, 1946^b.

Parecem claras as palavras do autor, absolutamente compatíveis com um adepto do Histórico-Culturalismo de Gustaf Kossina. África não é ponto de partida, mas de chegada e de estagnação...

A crítica às propostas de Obermaier e de Bosch-Gimpera, cujo exílio lhe havia permitido apoderar-se da arqueologia espanhola, está portanto implícita, e refere-se seguramente a estes autores quando refere a “*sobreestimación de la fuerza creadora del Norte de Africa*”.

No entanto, não nega nunca as relações havidas durante a Pré-história entre os dois lados do Estreito – apesar de considerar o “(...) famoso capsense, pura invención (...)” MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1946, p. 22), os seus conceitos permitem unir numa vasta cultura pré-histórica as duas margens do Mediterrâneo porque, como escreve, o *Hispano-Mauritano* abrange: “(...) toda la Península Hispánica, Mediodía de Francia, más o menos gran parte de Italia continental e insular y todo el Norte de Africa en su parte occidental de Túnez a Marruecos (...)” (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1948, p.105), e as setas nos seus mapas seguem o que é, então, o caminho politicamente correcto.

Apesar de claramente europeísta, Santa-Olalla, e porque África é material e simbolicamente uma ideia cara ao regime, será na sua categoria de Comissário Geral da CGEA e Director da SEAEP, o primeiro arqueólogo espanhol a viver, no terreno, uma, ainda que breve, “etapa africanista” (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004, p.31).

Entre 41 e 46, sucedem-se as expedições ao Norte de África, sobretudo aos territórios do Sahara, então, Espanhol, destinadas a identificar sítios arqueológicos de todas as cronologias e núcleos de arte rupestre.

Quadro 1 – Expedições de Martínez Santa-Olalla na África Espanhola

1941	1ª exp. – Sahara Ocidental (início do estudo nos territórios saarianos)	Martínez Santa-Olalla	PONS, 1946
1943	2ª exp. – Sahara ocidental	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946
1945	Guiné espanhola	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946
1946	3ª exp. – Rio de Oro – Sahara ocidental	Martínez Santa-Olalla Bernardo Sáez	PONS, 1946

Apesar dos atractivos que poderiam ter para um homossexual espanhol dos anos 40, as expedições em África, as estadias com Bernardo Sáez parecem curtas, eventualmente por falta de fundos, queixa frequente em Santa-Olalla (e referia-se que apresentando as despesas da CGEA, Díaz-Andreu e Ramírez Sánchez (2004) não fazem qualquer referência aos gastos em África), e na voz dos seus detractores pouco produtivas porque muito material ficará por publicar.

No entanto, o *constructo* existe e os grandes círculos culturais do *Hispano-Mauritano* ou *Ibero-Sahariano* unificam vastos territórios no Passado, curiosamente coincidentes com o Império do Presente... – e o caso da Pré-História das Canárias, última emanção destas culturas hispâno-africanas é esclarecedor (FARRUJIA DE LA ROSA & ARCO AGUILAR, 2004) – desenhando realidades culturais mais conformes ao discurso oficial, que os mapas de uma Espanha retalhada e culturalmente centrífuga que Bosch-Gimpera havia concebido....

E é seguramente o contexto político que faz Santa-Olalla admitir uma natureza dual, Europeia e Africana, na constituição da Hispanidade (DÍAZ-ANDREU, 1993, p. 77) – porque África é uma prioridade na Espanha de Franco, e o Maghreb território decisivo numa ideologia imperial que faz remontar a um Passado islâmico partilhado uma das causas da sua vocação africana, e também por isso, palco privilegiado da sua acção missionária, o lugar de Cruzada de uma Nação católica que convertendo o Infel conclui a obra de Isabel I (TOFIÑO-QUESADA, 2003).

No entanto, em alguns arqueólogos contemporâneos de Santa-Olalla, o “africanismo” parece uma convicção profunda, e na vasta obra de San Valero Aparisi, as conexões africanas são exploradas de forma sistemática e detalhada.

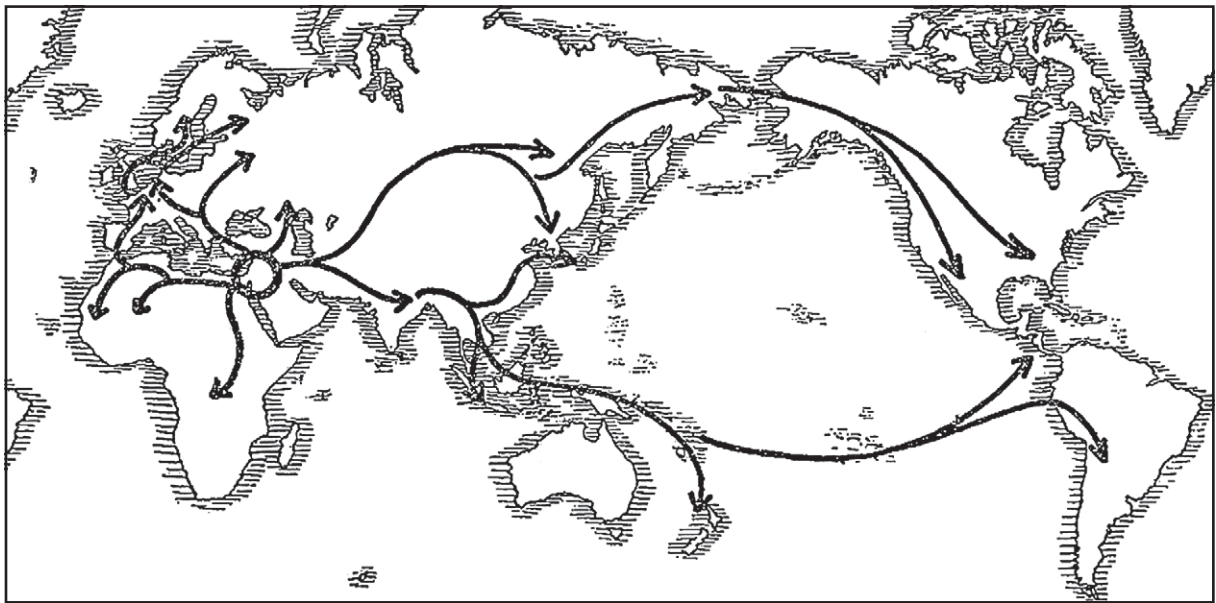


Fig. 4 – Expansão do Neolítico segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

E se é possível detectar uma inflexão de tom nos textos produzidos por este arqueólogo, entre meados da década de 40 e meados da década de 50, tornando-se visível nos últimos um claro arrefecimento do entusiasmo africano, no esquema da sua tese de doutoramento *El Neolítico Español y sus Relaciones*, publicado em 46, considera que “(...) el Neolítico africano nos interesa primordialmente, y en él, Egipto: *aile marchant du progrès en Afrique depuis le Néolithique* (Vaufrey).” (SAN VALERO APARISI, 1946, p.10).

Se a referência ao Egípto, enquanto área seminal da Civilização, constitui um *leit-motiv* do discurso arqueológico da primeira metade do sec. XX, o Norte de África desempenha nas origens do Neolítico da Europa ocidental, um lugar determinante porque este é a consequência de “(...) la primera oleada, de tipo hispanomauritano español (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 14), porque “El Neolítico no es autóctono en la Península. (...) Las relaciones tienen, pues, una double faz: de filiación respecto a África do Norte, de transcendencia para Europa.” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 24).

As relações e as rotas deste Neolítico de origem africana são explicitadas: “El paralelismo de nuestra cultura con África puede verse con el más próximo eslabón geográfico, Gruta de Achakar (...), em Tânger así como en las cuevas oranesas (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 24).

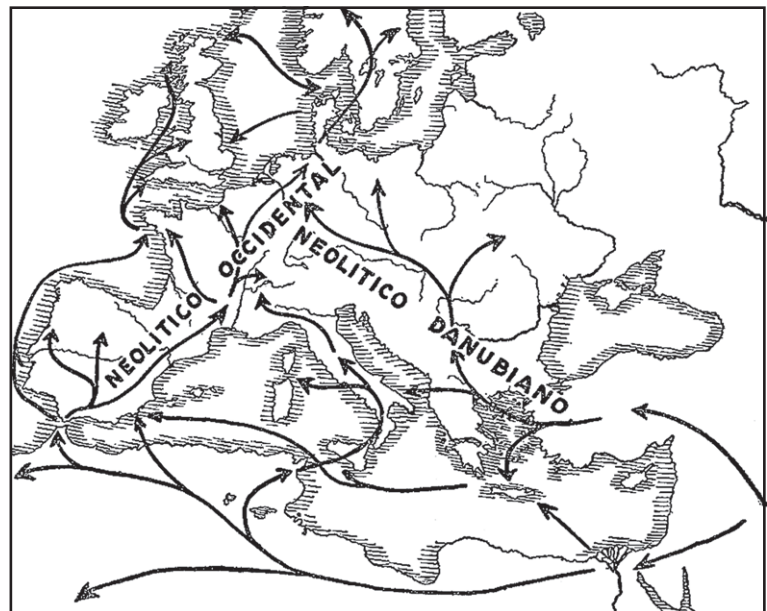


Fig. 5 – Rotas da Neolitização da Europa segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

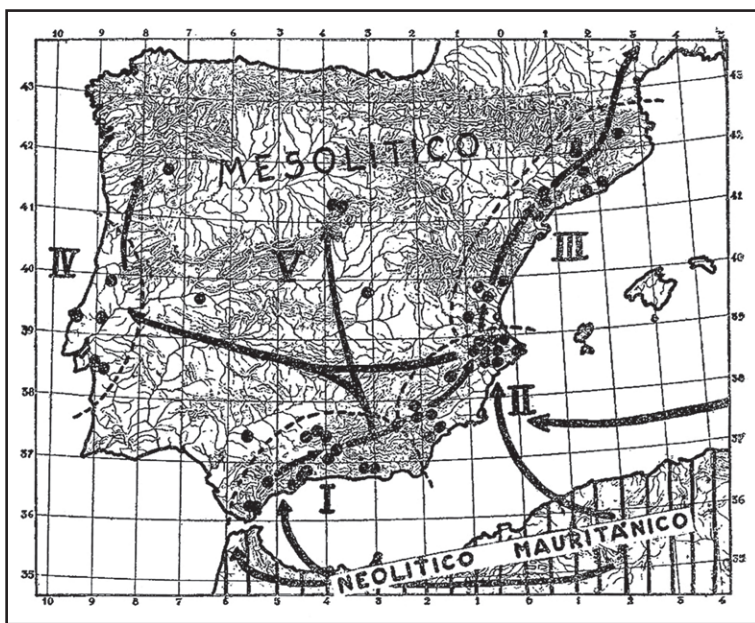


Fig. 6 – Rotas da neolitização de Espanha segundo J. San Valero Aparisi, 1946.

ainda que incontornável na análise do Neolítico europeu e espanhol porque “(...) Africa es durante un momento del neolítico el presupuesto inicial del Neolítico occidental europeo (...) merecedora de todo nuestro interés.” (SAN VALERO, 1954-55, p.121)” e é a “(...) comprensión de las culturas postpaleolíticas en el continente negro que nos permita inquirir las raíces de nuestro Neolítico español.” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.118), perde protagonismo.

A Europa que é “(...) desde el Paleolítico Superior un lugar de elección para el hombre.” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.121), adquire uma importância crescente face ao atraso que se regista nos territórios maghrebins: “Como para Africa de Norte francesa, afirma Vaufrey (...), cabe afirmar para todo el norte y el oeste que el neolítico aparece como un hecho colonial afectado del retardo propio de todos los hechos coloniales (...)” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p. 120).

Uma dependência crescente face aos sucessos culturais da Pré-história europeia faz admitir ao invés de um relação Sul-Norte, uma outra de sentido inverso que nos terrenos pouco propícios do Norte de África haveria depois de estagnar justificando a permanência de um Neolítico degenerado até à Idade do Ferro (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p. 119).

No entanto, e se nesta primeira metade da década de 50, o Norte de África ainda conserva o seu lugar na (Pré)História da Europa porque se admite que “(...) a), la existencia de relaciones hispano-africanas, más ou menos determinadas todavía a partir del Paleolítico superior y que se intensifican durante el Mesolítico y el Neolítico (...)” (SAN VALERO APARISI, 1954-55, p.123), é já visível no discurso uma alteração de perspectiva face ao papel do território maghrebino na marcha da Civilização.

Na reedição da obra *La España Primitiva* (1ª ed. 1934), em 1950, Pericot ainda defende, e ao contrário da opinião então dominante, a entrada de populações africanas no Capsense Ibérico, atestada em Muge (PERICOT, 1950, p.117-118), e admitindo um Neolítico que se expande através da Europa mediterrânea, afirma “Pero el camino del Norte de Africa no puede ser negado” (p. 123).

Ainda mais sintomática de que a negação do caminho africano estava em curso, parece ser a sua afirmação acerca das conexões culturais da Idade dos Metais na Península Ibérica: “En primer lugar, relaciones com Africa. Relaciones

San Valero descreve inclusivamente o momento da entrada na Península: “Los neolíticos encuentran a su llegada unos indígenas, con los que étnicamente – mesolíticos tardenocapsienses – son afines y cuya cultura tiene un fondo común con la propia.” (SAN VALERO APARISI, 1946, p.25), e a vitalidade expansionista desta cultura não se esgota na Península porque o *Hispano-Mauritano* é, tal como propunha Bosch Gimpera e repete Santa-Olalla, a origem de outros neolíticos além-Pirinéus.

E “(...) esta corriente Sur-Norte neolítica – base de la civilización de Europa occidental (...)” (SAN VALERO APARISI, 1946, p. 28), está também na base do Neolítico italiano onde através da Tunísia chegam as culturas africanas.

No entanto, em 54-55, no seu texto *El Neolítico Europeo y sus Raices*, África,

innegables y que todos aceptan para esta época *mientras se discuten para otros períodos.*” (PERICOT, 1950, p. 187 – itálico nosso).

Porque as relações com África começavam a ser discutidas, no Passado, mas também no Presente... ou no Presente e por isso também no Passado ?, e as palavras de Tarradell, em 1954, a propósito de Ghar Cahal, gruta situada no, então ainda, Protectorado de Marrocos, parecem, mais que a descrição de uma problemática pré-histórica, um relato da situação política, uma vez que se esperava que a escavação do sítio “(...) podría dar materiales que aportaran alguna luz *al tan debatido problema de las relaciones entre la Península Ibérica y Marruecos durante la época prehistórica.*” (TARRADELL, 1954, p. 345 – itálico nosso).

As relações entre os dois lados do Estreito são, em 54, “um problema”, e o último bastião de uma história antiga entre a Espanha e o Norte de África – o campaniforme – parece também já não se sustentar: o vaso campaniforme de Car Gahal é inscrito por Tarradell no Grupo do Guadalquivir, mas entre uma justificação assente numa migração humana ou em contactos comerciais, o arqueólogo inclina-se “(...) claramente por la segunda posibilidad (...)” (TARRADELL, 1954, p.356)

Os laços dissolvem-se, nos dados já não se vislumbram relações de parentesco, antes a distância fria das relações comerciais...

2 – MECANISMOS DE EXCLUSÃO

2.1. –O Fim da Miragem (ou um doloroso Out of Africa) (1955-1975)

Quadro 2 – Cronologia da Independência dos Países do Maghreb

Líbia	Itália	1951
Marrocos	França	1955
Protectorado Espanhol	Espanha	1956
Tunísia	França	1956
Mauritânia	França	1960
Argélia	França	1962
Sahara Ocidental	Espanha	1976

Na genealogia das relações Península Ibérica-Maghreb abre-se, na segunda metade da década de 50, um novo capítulo. Um complexo conjunto de circunstâncias, quer políticas quer científicas, ditará um novo rumo nas leituras africanistas e a progressiva exclusão do Norte de África do debate em torno da Pré-História do Mediterrâneo ocidental.

Em primeiro lugar, no plano da política interna espanhola, a queda de J. Martínez Santa-Olalla do lugar cimeiro que ocupava na arqueologia do regime de Franco. Se este podia parecer um facto científico ou profissional, dada a escassa empatia deste arqueólogo com os seus pares, o acolhimento favorável da carta assinada por sete universitários contra o falangista está seguramente relacionado com a queda generalizada da facção falangista e a chegada ao poder dos círculos do *Opus Dei*, na Espanha de meados 50 (DIÁZ-ANDREU & RAMÍREZ SANCHEZ, 2004, p. 121).

No desfecho deste episódio, extingue-se a *Comisaria General de Excavaciones Arqueologicas* e Santa-Olalla perde também, para Martin Almagro, a cátedra de Madrid, que desde 39, ocupava interinamente. A antiga autoridade está assim afastada e com ela parte significativa do seu discurso.

Em segundo lugar, e factor determinante nesta alteração de agendas, a galopante independência dos países do Maghreb cujo distanciamento no Presente, por vezes particularmente doloroso, coincide com um distanciamento no

Passado. A teia complexa das relações coloniais desfaz-se, por vezes abruptamente, e o olhar da Europa sobre as suas antigas possessões não está isento do ressentimento com que se observa um amor perdido, sobre o qual já não se quer mais pensar...

Por fim, mas não circunstância menor, os finais da década de 50 e sobretudo os anos 60, assistem a uma primeira “crítica das fontes” em moldes modernos, de que são autores L. Pericot e M. Tarradell. Em 1962, na sua obra conjunta *Manual de Prehistoria Africana*, afirmam que “Las hipótesis clásicas de una provincia neolítica englobando la Península Ibérica y en el norte de Africa precisan de una seria revisión.” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 226), séria revisão em parte ditada pela aparente contradição que o problema das “rotas cruzadas” – presença de cerâmica cardial no Levante espanhol e em Marrocos na área do Estreito *versus* presença de cerâmicas incisas em Orão e na Andaluzia – colocava (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 226).

Por outro lado, as recentes descobertas de sítios neolíticos na margem Norte do Mediterrâneo faz admitir outros caminhos de difusão e ainda que a falta de datações não permita definir as rotas, consideram estes autores não existir qualquer prova cronológica da suposta anterioridade do Neolítico africano face ao da Europa ocidental.

Perante a incerteza dos trajectos Sul-Norte ou Norte-Sul, admitem que também em África o Neolítico parece “(...) una civilización (...) llegada del exterior, con escasa raigambre africana (...)” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p. 227), e que “Cabe la posibilidad que llegara más o menos simultáneamente a ambos lados del Mediterráneo.” (PERICOT & TARRADELL, 1962, p.229).

Mas o caminho pela margem Norte do Mediterrâneo ganhava importância crescente, e o sítio ligure de Arene Candide, escavado por L. Bernabó Brea, constituirá em breve incontornável referência para a análise do Neolítico espanhol.

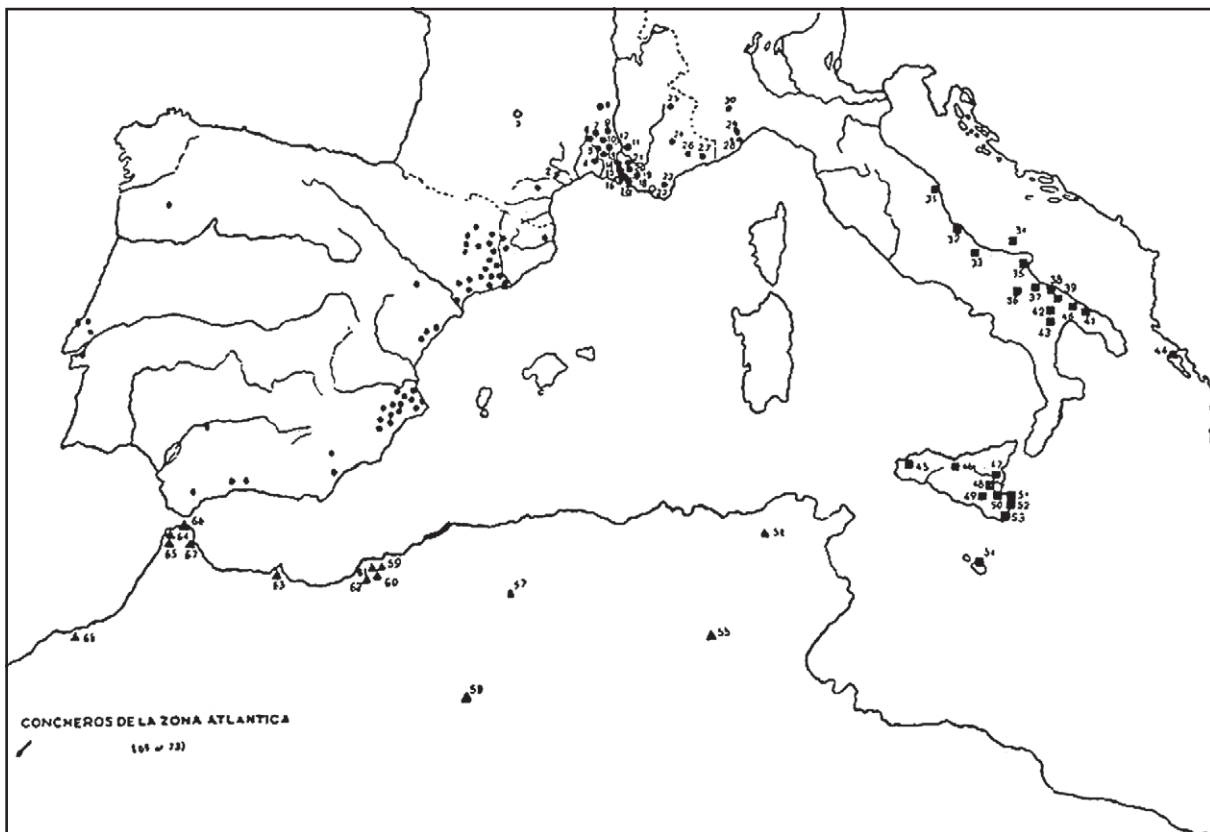


Fig. 7 – Dispersão das cerâmicas neolíticas no Mediterrâneo Central e Ocidental, segundo M. Almagro Basch, 1960.

Esta deslocação do eixo é já clara no texto, e no mapa, produzido para o *Manual de Historia Universal*, por M. Almagro Basch, onde se defende a primazia do Neolítico asiático sobre o egípcio e onde a rota europeia do Neolítico e as semelhanças entre a Ibéria e a Ligúria são enfatizadas (ALMAGRO BASCH, 1960, p. 614-618). E se o Norte de África ocupa ainda parte substantiva da imagem que acompanha o texto, a densidade de círculos negros na outra margem pressagia o peso que esta terá nos discursos futuros.

Desmonta-se o trajecto africano porque a informação da Península, como refere em 1970, Ana Maria Muñoz “(...) parece indicar uma vez más para la cultura de cerámica cardial, el camino mediterráneo y no el africano (...)” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 16). A autora apresenta ainda *a nova rota* para o Neolítico “(...) las gentes de la cerámica cardial [percoreram] Creta, las islas del Egeo y las tierras mediterráneas de Grecia, Italia, las islas de Sicilia, Córcega, el sur de Francia, levante español y norte de Africa.” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 19).

A mudança de margem implica a negação do caminho alternativo e o esvaziamento por inadequadas das anteriores propostas, constatando que “(...) la distinción de un doble Neolítico hispano-mauritano e ibero-sahariense, (...) tampoco respondía a una realidad arqueológica-cultural.” (MUÑOZ AMILIBIA, 1970, p. 20).

A derrocada final neste edifício, que havia sido sempre sobretudo teórico e cujas fundações estavam já definitivamente abaladas, dá-se, em 75, ano em que a morte de Franco dita o fim do Império, ou o que dele restava...

Na Espanha democrática, a rejeição do regime fascista de Francisco Franco é também partilhada por uma comunidade arqueológica em renovação que não se revê na ditadura, nos seus esquemas ideológicos, no seu projecto colonial e tão pouco na sua ciência ...

No entanto, em 1975 não morre apenas Francisco Franco, este é também o ano do definitivo enterro das leituras histórico-culturais aplicadas ao Norte de África, com a publicação da tese de Antonio Gilman – *A Later Prehistory of Tangier – Morocco*, obra produzida no quadro teórico-metodológico da Nova Arqueologia, que marca uma ruptura com a tradição historiográfica anterior.

A polémica em torno das origens e das rotas de difusão do Neolítico não parece a um investigador como Gilman uma questão decisiva no entendimento da matéria, e a discussão em torno das movimentações de povos e culturas é própria de uma arqueologia do Passado, sem nenhuma validade perante a nova agenda processual.

Gilman reconhece que “In general, however, Africanism has lost ground in the past twenty years (...)” (GILMAN, 1975, p. 5), mas atribui tal facto a questões entre difusionistas que teriam, em face da cronologia inesperadamente recente da Pré-história egípcia e das descobertas de Arene Candide e Chateaufort-Les-Martignes, reorientado a origem e o sentido das setas nos seus mapas, porque “The later prehistoric cultures of northern Morocco are clearly indigenous phenomena.” (GILMAN, 1974, p. 279).

Da aplicação da perspectiva sistemática, que tende a analisar o grupo cultural circunscrito a um quadro ambiental de referência, Gilman conclui: “The isolation of the western Maghreb from adjacent regions is matched by the isolation of the three Mediterranean Neolithic facies from each other.” (GILMAN, 1974, p. 280).

E a vitória do “indigenismo” dos anos 70, que tende a negar, senão as influências externas, as movimentações de grupos humanos, irá reforçar o isolamento destes grupos do outro lado do Mediterrâneo, doravante entregues ao seu próprio Futuro, mas também ao seu próprio Passado.

Já não se vislumbram círculos culturais, áreas de expansão ou territórios culturalmente afins: “In the fifth millennium BC, or earlier, neolithic arts were adopted by North African hunter-gatherers in much the same way as by other mesolithic groups around the Western Mediterranean” (GILMAN, 1974, p. 281).

A porta que colocava os dois lados do Estreito, como os dois lados de uma casa, em comunicação fechou-se. O processo de exclusão do Norte de África da (Pré)História da Europa está portanto concluído, numa perspectiva dupla: política e científica.

E se o Africanismo espanhol é claramente anterior enquanto postura ideológica ao regime de Franco, e se os mais convictos dos arqueólogos africanistas (Obermaier, Bosch-Gimpera) são, depois da vitória do General, exilados, à

ditadura espanhola convinha este lado das suas narrativas que legitimavam, no Passado, as aspirações coloniais do Presente.

Por isso, as estratégias do poder político terão conservado na agenda arqueológica a “questão africana”, influenciando a *praxis* e condicionado o discurso mesmo de europeístas convictos como Martínez Santa-Olalla, mas a morte dos Impérios dita o fim da ciência e das arqueologias coloniais e a “questão africana” não sobreviverá à queda do regime.

2.2 – A travessia do deserto (anos 80-90)

Em meados da década de 70, estão reunidas todas as condições para que um tópico antes central, entre os pré-historiadores espanhóis, se transforme numa alínea silenciosa que a passagem do tempo se encarregará de conduzir a um mutismo quase total.

As novas circunstâncias políticas nas duas margens do Mediterrâneo permitem, apesar da proximidade geográfica, a instalação de uma distância cultural que conduz ao esquecimento e que torna, na margem Sul, cada vez mais brancos os mapas que cartografam o Neolítico.

O silêncio, ditado pela condenação de qualquer aventura colonial, no Presente ou no Passado, é quase total, mas não

absoluto. Alguns arqueólogos, poucos e sobretudo não-espanhóis, continuarão, no seus textos, a invocar o Norte de África, e entre estes destaca-se Jean Guilaine. Os dados do Maghreb, apesar de escassos e sem renovação de informação, continuam a figurar nas sínteses produzidas, desde a década de 70, por este arqueólogo francês. Na sua obra de 76, *Les Premiers Bergers et Paysans...o Norte de África é tratado, num pequeno, mas autónomo capítulo, tal como acontece cerca de 20 depois em La Mer partagée.*

De este lado da fronteira, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1981), apesar da sua explícita condenação das arqueologias difusionistas, não deixarão de referir nos seus múltiplos textos acerca do Neolítico da Costa Sudoeste portuguesa, as semelhanças entre os materiais cerâmicos aí recolhidos e os existentes na região de Orão.

Estas vozes que recordam o Norte de África não são, no entanto suficientes para recolocar a questão na agenda, e o atitude geral da comunidade arqueológica parece reflectida nas palavras de Pellicer: “(...) un espejismo tan dudoso como el africanista de los años cuarenta, cuando surgían las etiquetas culturales del hispanomauritano e iberosahariano, que ya ni se recuerdan.” (PELLICER, 1981 in PÉREZ RODRÍGUEZ, 2005, p. 154).



Fig. 8 – Mapa de sítios neolíticos no Mediterrâneo Ocidental, segundo J. Bernabeu Auban *et al.*, 1993.

Esquecem-se conceitos produzidos numa outra conjuntura político-científica e condenam-se os postulados difusionistas do histórico-culturalismo, ao mesmo tempo que, em Espanha, a implantação das arqueologias processuais e marxistas, e portanto da utilização do discurso sobre o Passado enquanto forma de militância política que condena todas as formas de menorização do Indígena, é levada a cabo por uma nova geração de arqueólogos (GARCÍA SANTOS, 1998).

E quando nos anos 90, as rotas de difusão do Neolítico ao longo da bacia do Mediterrâneo voltam a ser discutidas, o Norte de África território esquecido, já não fazia parte da agenda, e não existiam dados acerca da Margem Sul que pudessem ser utilizados no debate crítico em torno dos modelos, da cronologia e das modalidades de neolitização.

Em 1993, o mapa publicado por Bernabeu Auban, Emili Aura e Ernestina Badal, em *Al Oeste del Eden* constitui prova gráfica dessa realidade. Na cartografia de sítios neolíticos no Mediterrâneo ocidental, as terras de África, de um branco absoluto, parecem não integradas neste fenómeno como se a neolitização do Mar Interno percorresse apenas a sua Margem Norte...

No entanto, as ligações efectivas – e não tanto afectivas – parecem entre os dois lados do Estreito muito mais reais que os sonhos imperiais de uma Europa que agonizava enquanto potência colonial, e os novos trabalhos realizados nos territórios maghrebins uma real demonstração que a História do Neolítico no Mediterrâneo acontece nas duas margens deste mar.

3 – VELHOS CONTOS E NOVAS HISTÓRIAS (DÉCADA DE 90 E O SÉCULO XXI)

Na segunda metade da década de 90 e nos primeiros anos do séc. XXI, a porta fechada entre os dois lados do Estreito parece, ainda que de forma lenta, reabrir-se. A omnipresença do mundo islâmico na agenda ocidental terá, mais uma vez, conduzido as atenções da Europa para esse Oriente que é a sua fronteira Sul e a consolidação (?) de um ambiente pós-pós-colonial terá permitido o reatar de alguns laços entre as duas margens do Mediterrâneo.

E no discurso arqueológico, o Norte de África parece, como uma Fénix, ressurgir das cinzas. Revisões de sítios e materiais já conhecidos, mas sobretudo novos trabalhos no terreno geram uma massa de informação que permitirá reabrir o debate em torno do Neolítico Mediterrâneo, a partir de uma leitura global, e não politicamente seccionada, deste espaço.

Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Arqueológico Alemão, desde 1995, no Rif Oriental, e que deram origem a um projecto específico acerca do Neolítico da costa mediterrânea de Marrocos, pare-

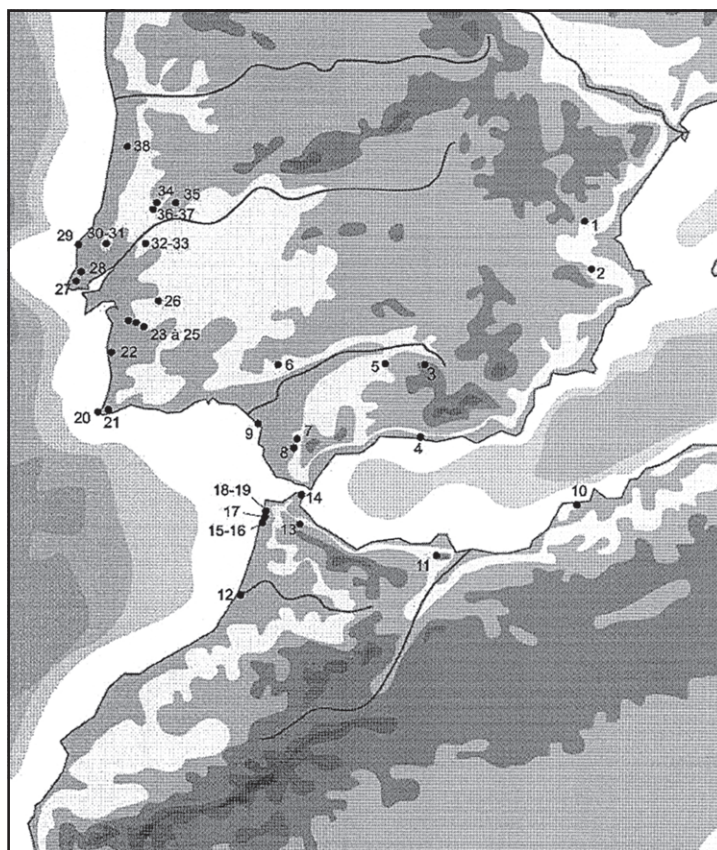


Fig. 9 – Distribuição de sítios do Neolítico antigo no Mediterrâneo ocidental, segundo Manen *et al.*, 2007.

cem sintomáticos de uma nova etapa no capítulo das relações entre os dois lados do Estreito (http://www.dainst.org/index_7234_fr.html Consulta 06/12/2007).

No debate espanhol, o Norte de África volta também a ser mencionado. Desta vez, não por saudosistas de um Império perdido, mas ao contrário por alguns dos mais convictos indigenistas que encontram neste território, esquecido pela ciência, uma alternativa ao imperialismo monolítico do modelo cardial como fórmula única de explicar a neolitização da Península Ibérica.

Empenhados em combater a visão dual do grupo levantino, estes arqueólogos, como C. Olaria e M. Pérez Rodríguez (PÉREZ RODRÍGUEZ, 2005), centram a sua atenção no “Círculo del Estrecho” e na proximidade dos processos históricos entre a duas margens do Mediterrâneo.

A mesma atitude revisionista do modelo de difusão démica de colonos cardiais subjaz ao texto de C. Manen, G. Marchand e A. Faustino de Carvalho, acerca da neolitização do extremo ocidente da Península. Também para estes autores, o Norte de África e uma certa “(...) identité maghrébine (...)” (MANEN *et al.*, 2007, p. 144), podem justificar as diferenças detectadas entre o Neolítico valenciano e o Neolítico português.

África volta, portanto, ao discurso, desta vez não para sustentar Impérios do Presente, mas para desafiar “pequenos impérios” do Passado, para discutir a suposta hegemonia dos “colonos cardiais” enquanto exclusivos agentes da Neolitização da bacia do Mediterrâneo ocidental, introduzindo *outras vozes e outros agentes* na narrativa da História.

4 - EM SUMA...

A longa história das relações políticas e científicas entre a Península Ibérica e o Maghreb, que inclui estratégias de poder, mecanismos de exclusão e fórmulas de re-integração, não está encerrada e pode-se mesmo prever que no próximo capítulo se assista a uma re-intensificação dos contactos, no âmbito mais amplo dos diálogos Norte-Sul (ou Sul-Norte...), que a situação do Presente exige.

E se o lugar do Norte de África na (Pré)História da Península Ibérica parece oscilar como um pêndulo movimentado por princípios ideológicos, que ditam uma vez a integração outras a exclusão destes territórios da narrativa, haverá no entanto, e para além de uma agenda político-ideológica, cenários históricos que a arqueologia pode recuperar.

Território ambicionado pelos Africanistas de Oitocentos, lugar de Origem para os arqueólogos das primeiras décadas do séc. XX, espaço vital do Império de Francisco Franco, zona esquecida pelos Processuais e anti-colonialistas dos anos 70-90, arma de arremesso contra as versões totalitárias da Pré-história na viragem do milénio, o Norte de África é, seguramente, na História do Neolítico Mediterrâneo, mais que uma miragem colonial ou um não-lugar, uma indispensável peça do *puzzle*...porque os cursos e os percursos da neolitização não se confinam a um dos lados deste Mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAGRO BASCH, M. (1960) – La Expansión del Neolítico hacia el Mediterráneo y la Europa Occidental. In *Manual de Historia Universal*. ESPAA: CALPE, 1, p. 614 – 644.

BERNABEU AUBÁN, J., AURA, E., BADAL, E., (1992) – *Al Oeste del Edén. Las primeras sociedades agrícolas en la Europa mediterránea*. Madrid: Editorial Síntesis.

BOSCH-GIMPERA, P. (1929) – *La Prehistoria de los Iberos y la Etnología Vasca*. San Sebastian: Sociedade de Estudios Vascos.

BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.

- BOSCH-GIMPERA, P. (1974) – *Paletnología de la Península Ibérica*. Graz: Akademische Druck.
- DARIO DE LAS HERAS, V. (2002) – El Africanismo español y la labor comunicadora del Instituto de Estudios Africanos. *Revista Latina de Comunicación Social*. 46.
<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2002/latina46genero/4601darias.htm>.
 (consulta 3/12/2007)
- DÍAZ-ANDREU, M. (1993) – Theory and Ideology in Archaeology: Spanish archaeology under the Franco Régime. *Antiquity*. 67, p. 74-82.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2007) – Christopher Hawkes and the International Summer Courses of Ampurias. *Bulletin of the History of Archaeology*. 17:1, p. 19-34 (on-line).
- DÍAZ-ANDREU, M. & RAMÍREZ-SÁNCHEZ, M. (2004) – Archaeological Resource Management Under Franco's Spain: The Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas. In *Archaeology under Dictatorship*. Galaty, M., Watkinson, C. Hingham, M.A.: Kluwer/Plenum, p. 109-130.
- GARCÍA SANTOS, J. C. (1998) – La transformación de la Arqueología española en la década de 1980. *Complutum*. Madrid, 9, p. 213-227.
- GILMAN, A. (1974) – Neolithic of Northwest Africa. *Antiquity*. 48, p. 273-282.
- GILMAN, A. (1975) – *A Later Prehistory of Tangier – Morocco*. Harvard University: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.
- GUILAINE, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton.
- GUILAINE, J. (1994) – *La Mer Partagée*. Paris: Hachette.
- FARRUJIA DE LA ROSA, A. & ARCO AGUILAR, M^a C. (2004) – La Arqueología en Canarias durante el Régime Franquista: el Tema del Primitivo Poblamiento de las Islas como Paradigma (1939-1969). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 61:1, p. 7-22.
- MANEN, C., MARCHAND, G. & FAUSTINO CARVALHO, A. (2007) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In Congrès du Centenaire: *Un siècle de construction du discours scientifique en Préhistoire*. Vol. 3, J. Évin (coor.) – “...Aux conceptions d'Aujourd'hui”, p. 133-151.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946) 2^a ed. – *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. Madrid: Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946) ^b – Cereales y Plantas de la Cultura Ibero-Sahariana en almizaraque (Almería). *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 1, p. 35-45.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1948) – La Fecha de la Cerámica a la Almagra en el Neolítico HispanoMauritano. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 3, p. 105-115.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2003-2004) – Julio Martínez Santa-Olalla y la Interpretación Aria de la Prehistoria de España (1939-1945). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid, 69-70, p. 15-55.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M^a. (1970) – Estado actual de la Investigación sobre el Neolítico Español. *Pyrenae*. Barcelona. 6, p. 13-28.
- OBERMAIER, H. (1925) 2^a ed – *El Hombre Fósil*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales.

- PÉREZ RODRÍGUEZ, M. (2005) – Sociedades Cazadoras-Recolectoras-Pescadoras Y Agricultoras en el Suroeste: Una Propuesta para un Cambio Social. *Arqueología y Territorio*. 2, p. 153-168 (revista on-line).
- PERICOT GARCÍA, L. (1950) (1934) (1ª ed) – *La España Primitiva*. Barcelona: Editorial Barna.
- PERICOT GARCÍA, L., TARRADEL, M. (1962) – *Manual de Prehistoria Africana*. Madrid:CSIC.
- PONS, A.M. (1946) – Expedición Etnológica y Paleontológica a la Guinea Española. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid. 1:2, p. 110.
- PONS, A.M. (1946) – Segunda Expedición Paleontológica al Sahara Español (E.P.S.E.^a) *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid. 1:2, p. 110.
- RUIZ, A., SÁNCHEZ, A., BELLÓN, J.P. (2003) – Aventuras y Desventuras de los Iberos durante el Franquismo. In *Antigüedad y Franquismo (1936-1975)*. Alvarez Martí-Aguilar, M., e Wulff Afonso, F. (coord.). Malaga: CEDMA, p. 161-188.
- SAN VALERO APARISI, J. (1946) – El Neolítico Español y sus Relaciones. Esquema de una tesis doctoral. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid, 1:1, p. 5-33.
- SAN VALERO APARISI, J. (1954-55) – *El Neolítico Europeo y sus Raíces (Sobre los Orígenes de la Civilización Europea)*. Madrid: Cuadernos de Historia Primitiva, 9-10.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines. Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- TARRADELL, M. (1954) – Noticia sobre la excavación de Gar Cahal. *Tamuda*. Tetuan. 2, p. 344-358
- TOFIÑO-QUESADA, I. (2003) – Spanish Orientalism: Uses of the Past in Spain's Colonization in Africa. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*. 23:1-2, p. 141-148.
- http://muse.jhu.edu/journals/comparative_studies_of_south_asia_africa_and_the_middle_east/v023/23.1tofino-quesada.pdf (consulta 14-11-2007).